



# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	450.353	104.063	1.128.063	361.385					
<b>Caixa gerado das operações</b>	1.257.607	1.072.659	2.649.258	1.235.908					
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	718.219	618.498	719.656	585.930					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício									
<b>Ajuste para reconciliação do lucro líquido</b>									
Imposto de renda diferido	85.080	34.988	(57.118)	32.470					
Depreciação/amortizações	310.398	273.635	706.494	446.129					
Resultado da equivalência patrimonial	(374.685)	(146.436)	(34.825)	(34.499)					
Ajuste a valor presente	(952)	3.928	22.427	(83.950)					
Encargos financeiros	488.657	267.045	965.557	239.473					
Provisão para contingência	(10.738)	243.665	(4.798)	298.406					
Pagamento baseado em ações	26.869	27.920	26.869	27.920					
Ganho por compra vantajosa	–	(351.718)	–	(351.718)					
Resultado de ativos permanentes baixados	14.255	27.962	48.820	73.517					
Provisão para devedores duvidosos	–	2.951	246.385	56.541					
Outros	504	70.221	9.791	(54.311)					
	<b>1.257.607</b>	<b>1.072.659</b>	<b>2.649.258</b>	<b>1.235.908</b>					
<b>Variações nos ativos e passivos</b>									
Contas a receber	(143.428)	9.498	(1.925.932)	733.423					
Aplicação em títulos e valores mobiliários	–	–	634.978	88.745					
Estoques	(341.684)	(139.387)	(752.539)	(706.705)					
Impostos a recuperar	75.526	(122.698)	(506.651)	(171.574)					
Outros ativos	(1.673)	(818.131)	114.365	108.404					
Partes relacionadas	(464.916)	493.630	(189.360)	(941.274)					
Depósitos judiciais	(54.052)	(61.100)	(68.116)	(150.314)					
Fornecedores	307.213	(105.346)	972.395	245.298					
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	39.066	37.686	169.477	(170.354)					
Outras exigibilidades	(223.306)	(262.748)	30.188	89.828					
	<b>(807.254)</b>	<b>(968.596)</b>	<b>(1.521.195)</b>	<b>(874.523)</b>					
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>450.353</b>	<b>104.063</b>	<b>1.128.063</b>	<b>361.385</b>					

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição, diretamente ou através de suas subsidiárias, ("Companhia" ou "GPA") atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as marcas "Pão de Açúcar", "Extra", "Extra Super", "Extra Fácil", "Assai", "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Casas Bahia.com", "Extra.com" e "Ponto Frio.com". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia tem 149 mil funcionários, 1.571 lojas em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infraestrutura de logística que compreende 50 depósitos localizados em 13 estados, em 31 de dezembro de 2011. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, estando suas ações listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York (ADR nível III).

O Grupo Diniz e o Grupo Casino dividem o controle da Companhia por meio de uma holding denominada Wilkes Participações S.A., conforme contrato celebrado em maio de 2005.

Casino Guichard Perrachon S.A. ("Casino") requereu em face dos Srs. Abílio dos Santos Diniz, Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Ávila, Adriana Falleiros dos Santos Diniz, João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e de Península Participações Ltda. dois procedimentos arbitrais, sendo que um deles inclui a nossa Companhia no pólo passivo como litisconsorte, nos termos do Fato Relevante divulgado em 4 de julho de 2011.

Ambas as arbitragens foram unificadas, tendo as partes já indicado seus árbitros, e se encontram em fase de confirmação da escolha do Presidente do Tribunal Arbitral. Os termos da arbitragem são confidenciais.

### Reestruturação Globex

Em 14 de dezembro de 2011, o conselho de administração de Globex Utilidades S.A. aprovou o plano formal para o fechamento de 88 lojas da bandeira Ponto Frio, mediante aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") conforme requerido pelo Acordo Provisório para Manutenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia comunicou os envolvidos (funcionários, proprietários das lojas, fornecedores, entre outros) e realizou provisão para fechamento de lojas no montante de R\$34.000, sendo R\$20.000 referente ao valor líquido dos ativos fixos e R\$14.000 referente a outras despesas relacionadas ao fechamento. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, o fundo de comércio referente a tais lojas no montante de R\$10.416 foi provisionados.

### 2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas com consonância em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidada estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras.

Para melhor apresentação e comparabilidade alguns saldos de 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de colaboradores, números de lojas, entre outros, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

### 3. Base de consolidação

#### a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

	Participação nos investimentos - %			
	31/12/2011		31/12/2010	
	GPA	Part. Indiretas	GPA	Part. Indiretas
<b>Societades Subsidiárias:</b>				
Novasoc Comercial Ltda.	10,00	–	10,00	–
Sé Supermercado Ltda.	93,10	0,69	93,10	0,69
Sendas Distribuidora S.A.	18,33	76,04	14,86	39,63
PAFIDC	9,04	1,06	9,58	1,12
PA Publicidade Ltda.	100,00	–	99,99	0,01
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A.	–	93,79	–	93,79
CBD Holland B.V.	100,00	–	100,00	–
CBD Panamá Trading Corp.	–	100,00	–	100,00
Xantocarpa Participações Ltda.	–	94,36	–	54,49
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	–	93,10	0,01	93,09
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	–	100,00	–
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Srvs. Imob. Ltda.	89,42	9,85	99,90	0,10
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
ECQD Participações Ltda.	100,00	–	100,00	–
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	–	100,00	–
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	–	52,41	–	52,41
Globex Utilidades S.A.	52,41	–	52,41	–
Globex Adm. e Serviços Ltda.	–	52,41	–	52,41
Nova Casa Bahia S.A.	–	52,41	–	52,41
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	–	52,40	–	52,40
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	–	52,41	–	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	–	52,41	–	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	–	52,15	–	52,15
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	39,05	31,11	39,05	31,11
E-HubConsult. Particip. e Com. S.A.	–	70,16	–	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	–	70,16	99,99	0,01
Sabara S.A.	–	52,41	–	52,41
Casas Bahia Contact Center Ltda.	–	52,41	–	52,41
Globex - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	–	7,86	–	6,55
Ponto Frio Leasing S.A.	–	26,21	–	26,21
<b>Associadas e joint Ventures:</b>				
Financiera Itau CBD - FIC	–	40,76	–	40,76
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	–	13,10	–	13,10
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	2,00	–	2,00	–
Banco Investcred Unibanco S.A.	–	26,21	–	26,21
FIC Promotora de Vendas Ltda.	–	40,76	–	40,76

Todas as participações foram calculadas considerando o % detidos pela controladora CBD ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que em algumas empresas possuem acordo de acionistas que permite consolidar 100%.

#### b) Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto. Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia

controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde a data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

#### i. Novasoc

Embora a participação da Companhia na Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc") represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o Contrato Social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

#### ii. PAFIDC e Globex FIDC

A Companhia consolida as demonstrações financeiras do Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC") e Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"), fundos de investimento constituídos com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato dos riscos de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estar vinculada a quotas subordinadas detidas pela Companhia e subsidiárias.

#### iii. Globex

A Companhia consolida as demonstrações financeiras de Globex, subsidiária que concentra as atividades de eletroeletrônicos do Grupo, operando sob as marcas "Ponto Frio", e, desde novembro de 2010, "Casas Bahia". A Companhia atua também através de sua controlada Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: [www.extra.com.br](http://www.extra.com.br), [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br) e [www.casasbahia.com.br](http://www.casasbahia.com.br).

#### iv. Sendas

A Companhia detém direta ou indiretamente 100% do capital de Sendas Distribuidora, sua subsidiária, a qual contempla operações de varejo, predominantemente no estado do Rio de Janeiro. Para informações detalhadas sobre a aquisição de participação não controladora, vide nota explicativa 15 (a ii).

#### v. GPA Malls

Em 2011, a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") iniciou os trabalhos para organizar uma subsidiária com o objetivo de gerir e explorar seu patrimônio imobiliário, a GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P"). Para tanto, a CBD utilizou-se de uma de suas subsidiárias, que até aquele momento não havia desenvolvido qualquer atividade, denominada GPA1 Empreendimentos e Participações Ltda. Em 6 de dezembro de 2011, a CBD, na qualidade de única sócia da GPA1 Empreendimentos e Participações Ltda., aprovou a alteração de contrato social para a alteração da denominação social para GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda., do objeto social, além de outros pontos, para adequá-la ao seu propósito.

Antes desse evento, CBD celebrou 3 (três) instrumentos particulares de permuta de imóveis com incorporadoras distintas, todos com condições suspensivas. Posto isso, a CBD e sua subsidiária Sé Supermercados Ltda. transferiram 2 (dois) dos imóveis permutados para a GPA M&P, nos valores de R\$ 14.000 e R\$ 1.656, como aumento de seu capital social, em 18 de maio de 2011 e 5 de julho de 2011, respectivamente. Dessa forma, o capital da GPA M&P encontra-se distribuído entre a CBD, com 89,42%, e a Sé Supermercados Ltda., com 10,58%.

Dos instrumentos particulares de permuta de imóveis acima referidos, informamos que em 6 de dezembro de 2011, a GPA M&P celebrou com a Cyrela Polinésia Empreendimento Imobiliários Ltda. ("Cyrela") Escritura Pública de Permuta Sem Torna e Outras Avenças cujo objeto é a permuta do imóvel de propriedade da GPA M&P em troca de 24,2% de área de vendas integrantes do empreendimento imobiliário e uma loja, inteiramente prontas e acabadas, integrantes do futuro empreendimento, a ser erigido pela Cyrela sobre o imóvel. Em relação a tal empreendimento imobiliário, destacamos o seguinte:

(i) O empreendimento imobiliário é denominado **Thera Faria Lima | Pinheiros**;

(ii) Tem por objetivo a instituição de um condomínio edifício, composto por 3 (três) setores, sendo: (a) Setor Residencial "**Thera Residence**", que será composto de prédio de 36 (trinta e seis) andares, com 397 (trezentos e noventa e sete) apartamentos; (b) Setor Comercial "**Thera Office**", que será composto de prédio de 30 (trinta) andares, com 575 (quinhentos e setenta e cinco) escritórios; e (c) Setor Loja, que será composto de 1 (uma) loja localizada no térreo;

(iii) O prazo para término da obra e entrega física das unidades permutadas é de 52 (cinquenta e dois) meses contados da data do lançamento de vendas do empreendimento (que ocorreu em 18 de dezembro de 2011);

(iv) A Cyrela é a única e exclusiva responsável pela incorporação e pela execução do empreendimento imobiliário, assim como pela comercialização de suas unidades autônomas, exceto com relação à loja;

(v) A permuta entre Cyrela e GPA M&P não tem o propósito de constituir entre elas associação ou sociedade de natureza civil ou comercial;

(vi) Os custos relativos a eventuais modificações do projeto na sua feição original, de qualquer natureza, inclusive os de sua aprovação, serão de única e exclusiva responsabilidade da Cyrela; e

(vii) A Cyrela é a exclusiva responsável pela aprovação do projeto de construção e de todos os outros que se apresentem necessários ao desenvolvimento do empreendimento imobiliário.

#### c) Associadas - BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco com o GPA e a Globex. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle.

O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Banco Itaú - Unibanco S.A. (Itaú-Unibanco).

Segundo o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas associadas são contabilizados pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição. A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidência, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação nas associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do exercício como resultado de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuído aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia. Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

#### d) Participação em joint venture - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture*, denominada Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira"), na qual os participantes (GPA por meio de sua subsidiária Nova Casa Bahia S.A. ("NCB"), com 25%, e a família Klein por meio da Casa Bahia Comercial Ltda., com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade. O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da

*joint venture* com itens semelhantes - linha a linha - em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo período adotado pela Companhia.

Demonstramos abaixo as principais linhas das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade controlada em conjunto pela Companhia:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante	130.564	109.120
Ativo não circulante	60.258	64.836
<b>Total do ativo</b>	<b>190.822</b>	<b>173.956</b>
Passivo circulante	87.216	80.288
Passivo não circulante	1.177	5.858
Patrimônio líquido	102.429	87.810
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>190.822</b>	<b>173.956</b>
Resultado (i):		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	473.838	71.188
Lucro líquido		



# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

### Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzido a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia securitiza suas contas a receber por meio das sociedades de propósito específico, o PAFIDC e Globex FIDC. (Vide nota explicativa 11).

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos ou financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, saldo negativo de contas bancárias, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração depende da classificação dos passivos, conforme segue:

- **Empréstimos e financiamentos:** Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa 20 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

### Opções de venda outorgadas a acionistas não controladores

A classificação dos instrumentos de patrimônio e dos instrumentos de dívida emitidos pela Companhia depende das características específicas de cada instrumento. O instrumento é considerado um instrumento de patrimônio quando satisfizes duas condições: (i) o instrumento não deve prever obrigação contratual de entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro para outra companhia, ou permuta de ativos ou passivos financeiros com outra companhia sob condições potencialmente desfavoráveis para a Companhia; e (ii) em caso de contrato que seja ou possa ser liquidado nos próprios instrumentos de dívida da Companhia, o instrumento tem de ser diferente de um derivativo que não preveja obrigação contratual de entrega de uma quantidade variável de instrumentos patrimoniais da própria Companhia ou um derivativo que deva ser liquidado mediante a troca de uma quantidade fixa de dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos patrimoniais representativos da própria Companhia.

Portanto, os instrumentos resgatáveis a critério da Companhia, cuja remuneração dependa do pagamento de dividendos, são classificados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia detém uma participação societária presente nas ações sujeitas a um contrato de opção, nenhuma participação de acionistas não controladores é registrada e as ações sujeitas ao instrumento são contabilizadas como próprias. A política da Companhia é tratar qualquer obrigação associada ao instrumento como uma obrigação segundo o CPC 15 (IFRS 3) com alterações reconhecidas como contraprestação contingente contra ágio. As alterações nas obrigações associadas à passagem de tempo, como o fechamento de posição de uma taxa de desconto ou correção monetária, são reconhecidas como despesa financeira.

### Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio

Para reclassificar um instrumento de dívida e patrimônio, a Companhia deve efetuar a contabilização da forma a seguir especificada:

- reclassificar um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) como instrumento de dívida (passivo financeiro) a partir da data em que o instrumento deixar de apresentar todas as suas características e condições necessárias para suportar o seu reconhecimento. O passivo financeiro deve ser mensurado pelo valor justo do instrumento na data de reclassificação. A Companhia deve reconhecer no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor contábil do instrumento patrimonial e o valor justo do passivo financeiro na data da reclassificação;
- reclassificar um instrumento de dívida como um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) a partir da data em que este apresentar todas as características e satisfizer as condições relativas ao seu reconhecimento, determinadas pelo CPC 39 (IAS 32). O instrumento de patrimônio deve ser mensurado pelo valor contábil do instrumento de dívida na data da reclassificação.

### Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

Os *hedges* que satisfazem aos critérios de contabilização de *hedge* são contabilizados, para as transações mantidas pela Companhia, como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrado como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido; e
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

### Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas demonstrações financeiras.

### Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

### Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro".

### Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é

considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, "excetoção feita ao teste de recuperação de impostos diferidos", adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC"), antes dos impostos, que refleta as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida, "exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros", se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente.

Caso em período futuro o ativo tenha o seu valor aumentado após uma nova avaliação de recuperação, haverá necessidade da reversão da provisão inicialmente constituída, exceção de *impairment* de ágio que uma vez constituída, não poderá mais ser revertida. A reversão da provisão está limitada ao custo inicial do bem, líquido da depreciação e/ou amortização acumuladas. Essa reversão é reconhecida no resultado do exercício.

### Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa de depreciação anual em %
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,20%
Equipamentos de processamento de dados	10,00 a 50,00%
Instalações	4,20 a 10,00%
Móveis e utensílios	8,30 a 33,30%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	2,80 a 50,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivada de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado do exercício.

### Custos de captação de empréstimos

Conforme CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas do exercício em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do exercício quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de usos das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. Os ativos intangíveis de vida útil definida representado pelo contrato vantajoso de aluguel e contrato de fornecimento vantajoso de móveis são amortizados de acordo com o benefícios econômicos trazidos pelos contratos e submetidos a testes de recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é 10 anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

### Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes". Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes, líquido por entidade consolidada.

### Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

### A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

### A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

### Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

### Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

### Receita antecipada

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

### Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do capital dos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no capital aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

### Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

Nas situações em que são emitidos instrumentos patrimoniais e alguns dos bens ou serviços recebidos pela Companhia como contra-prestação não podem ser identifi-

cados especificamente, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo da operação de pagamento baseado em ações e o valor justo dos eventuais bens ou serviços identificáveis recebidos na data da outorga. Em seguida, o valor é capitalizado ou lançado como despesa, conforme o caso.

### Operações liquidadas com ações

Quando qualquer parte relacionada compra ações da Companhia (ações em tesouraria, a consideração paga, incluindo qualquer custo diretamente atribuível é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando tais ações são subsequentemente reemitidas, qualquer consideração paga, líquida dos custos de transação atribuíveis, são incluídas no patrimônio líquido. Não há ganho ou perda reconhecidos na compra ou vendas na emissão ou cancelamento dos instrumentos de capital. Qualquer diferença entre o valor de livros e a consideração paga, é registrada como reserva de capital.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com o correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio, reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito diluivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa 26).

### Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado pelo método das ações em tesouraria, conforme segue:

- *numerador:* lucro do exercício; e
- *denominador:* número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto diluivo sobre o lucro por ação.

### Apureção do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

#### (i) Receita

##### a) Vendas de mercadorias

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

##### b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

##### (ii) Lucro bruto

O lucro bruto corresponde à diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

##### (iii) Despesas de vendas

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, etc.

##### (iv) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

##### (v) Outras despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício, adotada pela Companhia.

##### (vi) Resultado financeiro

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o exercício,

### Tributação

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos. As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da

# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma companhia contribuinte e à mesma autoridade tributária.

**Outros impostos**  
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do exercício.

Os valores a recuperar derivados do ICMS, PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

**Impostos sobre vendas**

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou passivos não é recuperável junto à autoridade fiscal - nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

### t) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas segundo o CPC 38 (IAS 39) por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes. Caso o pagamento contingente seja classificado como patrimônio, não será reajustado até que seja finalmente liquidado dentro do patrimônio líquido.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

### u) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais se o fundo não dispuser de ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios referentes ao tempo de serviço no exercício atual e nos exercícios anteriores.

### v) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

### 5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

**IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgação** - A alteração da norma busca promover a transparência na divulgação das transações de transferência de ativos financeiros, melhorar o entendimento por parte do usuário sobre a exposição ao risco nessas transferências, e o efeito desses riscos no balanço patrimonial, particularmente aqueles envolvendo securitização de ativos financeiros.

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

**IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas** - O IFRS 10 substitui o SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

**IFRS 11 - Joint Ventures** - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com a norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

**IFRS 12 - Divulgação da participação em outras entidades** - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

**IFRS 13 - Mensuração do valor justo** - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS para aplicação após 31 de dezembro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras - Apresentação de itens de Outros resultados abrangentes;
- IAS 12 - Impostos sobre a renda - Esclarece a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades para investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS40 - Propriedade para investimento, deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda;
- IAS 19 - Benefícios aos empregados - Engloba desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação;
- IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - Como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado; e
- IAS 28 - Investimentos em coligadas - Como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser IAS28 - Investimentos em Associadas, *Joint Ventures* e descreve a aplicação do método patrimonial para investimento em *Joint Ventures*, além do investimento em associadas.

A Companhia aprofundará seus estudos na adoção desses pronunciamentos e interpretações, entretanto não espera efeitos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

### 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

**Julgamentos**  
A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

### a) Compromissos de arrendamento mercantil financeiro - A Companhia como arrendatária

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos

contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

### b) Redução do valor recuperável - "Impairment"

Conforme método divulgado na nota 4 (f) a Companhia avaliou se havia indícios de ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não foi identificado indícios ou fatos para uma nova avaliação.

### Estimativas e premissas

#### Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia.

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Os prejuízos fiscais da Companhia totalizam um benefício fiscal de R\$764.524 em 31 de dezembro de 2011 (R\$720.530 em 2010). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía uma provisão para não recuperação de R\$ 106.196, as quais foram revertidas no exercício de 2011 em função dos novos estudos efetuados pela Administração.

A nota explicativa 22 fornece outros detalhes sobre impostos.

#### Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38 (IAS 39), a quem determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

#### Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 26.

#### Perda do valor recuperável do ágio

A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda, de acordo com a política contábil descrita na nota explicativa 4 e o CPC 1 (IAS 36). Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados na preparação das demonstrações financeiras anuais, com base em cálculos do valor recuperável e cotações de mercado.

#### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

		Controladora		Consolidado	
	Taxa *	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e contas bancárias		144.507	100.717	522.293	417.561
Aplicações financeiras:					
Itaú	101,4%	549.678	279.058	879.271	1.727.488
Itaú - Fundo Delta	101,2%	1.069.170	-	1.738.612	-
Banco do Brasil	101,2%	400.167	568.741	631.620	696.331
Bradesco	100,9%	118.051	564.809	852.181	674.633
Santander	101,0%	3.080	53.443	110.996	70.087
Unibanco	104,1%	-	4.931	-	4.931
CEF	99,0%	2.812	2.668	2.812	2.668
Votorantim	103,4%	2.640	97.476	7.433	104.766
Safrá	101,1%	1.826	49.849	156.305	53.750
Outros	83,7%	36.852	35.884	68.432	65.779
		<b>2.328.783</b>	<b>1.757.576</b>	<b>4.969.955</b>	<b>3.817.994</b>

\*Taxa média do CDI

### 8. Títulos e valores mobiliários

		Consolidado	
		CDI	31/12/2010
Banco do Brasil	100,30% e CDB	100,20%	315.332
Banco Santander		101,00%	190.307
Banco Safrá		101,00%	102.363
			<b>608.002</b>
			600.613

Circulante

Não circulante

7.389

Desde 30 de junho de 2011 as aplicações financeiras não apresentavam restrições para movimentação. Essas operações foram reclassificadas para caixa e equivalentes de caixa.

### 9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Administradoras de cartões de crédito (a)	144.227	304.992	429.697	425.383
Administradoras de cartões de débito (b)	-	-	29.314	17.296
Tickets de vendas e outros	92.810	43.673	136.454	162.378
Financiamento ao consumidor (c)	-	-	1.959.768	879.620
Financiamento ao consumidor - Bradesco (c.1)	-	-	25.606	619.541
Vendas a crédito - cheques pré-datados	984	2.110	4.010	6.492
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	49.106	13.233
Contas a receber - FIDCs (d)	-	-	2.558.726	1.667.029
Ajuste a valor presente (e)	-	-	(10.823)	(7.061)
Cartão de crédito próprio - parcelamento sem juros	19.214	15.127	19.214	15.127
Provisão crédito de liquidação duvidosa (f)	-	-	(210.970)	(172.901)
Contas a receber de fornecedores (h)	336.545	333.551	447.398	421.097
Contas a receber de partes relacionadas	197.758	180.917	-	-
Circulante	<b>791.538</b>	<b>880.370</b>	<b>5.437.500</b>	<b>4.047.234</b>
Contas a receber - Paes Mendonça (g)	-	-	445.056	420.570
Financiamento ao consumidor	-	-	117.783	115.432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	-	-	(6.998)	(8.063)
Não circulante	-	-	555.841	527.939
	<b>791.538</b>	<b>880.370</b>	<b>5.993.341</b>	<b>4.575.173</b>

#### Administradoras de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis das empresas de cartões de crédito. Nas subsidiárias Globex, Nova Casa Bahia e Nova Pontocom, os recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos vencem em parcelas de até 18 meses.

Por meio de suas subsidiárias Globex, Nova Casa Bahia e Nova Pontocom, a Companhia vende ou desconta seus recebíveis de cartões de crédito a bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

#### Administradora de cartões de débito

As vendas por cartão de débito são recebíveis de cartões de débito referentes à venda de eletrodomésticos e móveis nas lojas da Globex e sua subsidiária NCB. As administradoras disponibilizam esses montantes no dia posterior (D+1) após a realização da venda por cartão de débito nas lojas da Globex e sua subsidiária NCB.

**Financiamento ao consumidor**  
Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por intervenção (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, principalmente na subsidiária NCB.

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações. (Vide nota explicativa 19).

#### c.1) Financiamento ao consumidor - Banco Bradesco

Até novembro de 2010, a subsidiária NCB mantinha um acordo operacional com o Banco Bradesco ("Bradesco"), por intermédio de sua subsidiária Finasa, para a

concessão de financiamento aos seus clientes com o objetivo de viabilizar a aquisição de mercadoria em suas lojas. Em decorrência dos financiamentos concedidos aos clientes, a NCB recebe o valor principal financiado pelo Bradesco no primeiro dia útil seguinte a data da venda.

Neste acordo, a NCB é responsável pela cobrança extrajudicial dos clientes inadimplentes, arcando com os correspondentes custos. Passados 45 dias do vencimento inicial das parcelas inadimplentes, a NCB adquire o crédito mediante cessão. Neste contexto, conforme requerimentos determinados no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os riscos e benefícios atrelados ao contas a receber cedido ao Bradesco não são substancialmente transferidos a contraparte, sendo este reconhecido no balanço patrimonial da NCB, com contrapartida à rubrica "Empréstimos e Financiamentos".

O saldo em aberto desses recebíveis de responsabilidade da NCB em 31 de dezembro de 2011 era de R\$25.606 (R\$649.376 em 31 de dezembro de 2010).

#### d) Contas a receber - FIDCs

A Companhia e controladas realizam operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com Pão de Açúcar Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("PAFIDC") e Globex Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"). O volume de operações foi de R\$9.477.372 em 31 de dezembro de 2011 (R\$9.802.951 em 31 de dezembro de 2010), para o PAFIDC e R\$3.948.543 em 31 de dezembro de 2011 (R\$390.682 em 31 de dezembro de 2010) para o Globex FIDC, nos quais foram retidas a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos consolidados na securitização desses títulos foram de R\$126.781 (R\$99.209 em 31 de dezembro de 2010) para o PAFIDC e R\$153.373 (R\$14.598 em 31 de dezembro de 2010) para a Globex FIDC, reconhecidos como despesas financeiras no resultado do exercício.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no PAFIDC e Globex FIDC em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$2.558.726 (R\$1.667.029 em 31 de dezembro de 2010), líquidos de provisão para perdas.

#### e) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto as administradoras de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 essas taxas ficaram em média de 0,97% (0,86% em 31 de dezembro de 2010).

#### f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidações duvidosas baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
No início do exercício	(180.964)	(7.521)
Provisão para devedores duvidosos	(268.902)	(573.898)
Recuperações e baixas de provisões	231.898	400.455
No final do exercício	(217.968)	(180.964)
Circulante	(210.970)	(172.901)
Não circulante	(6.998)	(8.063)

	Títulos vencidos	
	30-60 dias	61-90 dias
	Total	A vencer
31/12/2011	5.993.341	5.818.401
31/12/2010	4.575.173	4.269.637
	<30 dias	>90 dias
	109.509	20.776
	229.411	53.090
	6.538	

**g) Contas a receber - Paes Mendonça**  
As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas

# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

### 12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lojas	1.172.026	999.835	3.489.429	2.638.904
Centrais de distribuição	796.600	623.223	2.292.939	2.299.691
Bonificações em estoques	(46.908)	(40.883)	(130.303)	(54.296)
Provisão para obsolescência/quebras	(6.780)	(8.921)	(75.757)	(51.892)
Ajuste a valor presente	—	—	(23.539)	(8.639)
	<b>1.914.938</b>	<b>1.573.254</b>	<b>5.552.769</b>	<b>4.823.768</b>
Circulante	<b>1.914.938</b>	<b>1.573.254</b>	<b>5.552.769</b>	<b>4.823.768</b>
Não circulante	—	—	—	—

A Companhia apropriou ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque na Controladora recebidas e não realizadas totalizam R\$46.908 em 31 de dezembro de 2011 (R\$40.883 em 31 de dezembro de 2010), no consolidado R\$130.303 (R\$54.296 em 31 de dezembro de 2010). Além disso, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia efetuou provisões para obsolescência (baixo giro) e quebras de estoque totalizando R\$6.780 (R\$8.921 em 31 de dezembro de 2010) e R\$75.757 (R\$51.892 em 31 de dezembro de 2010) na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária indireta NCB.

### 13. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante	—	—	—	—
Imposto sobre vendas	176.986	263.936	465.617	671.054
ICMS a recuperar	169.829	221.899	293.329	464.152
PIS/COFINS a recuperar	7.157	42.037	172.288	206.902
Imposto de renda	110.532	41.392	251.360	141.387
Aplicação Financeira	63.479	24.192	193.994	116.656
Outros	47.053	17.200	57.366	24.731
Outros	126.804	58.894	191.965	77.201
ICMS a recup. s/Imob.	10.594	9.324	21.661	16.480
ICMS Subst. Tribut.	93.741	28.260	94.275	28.697
Outros	22.469	21.311	76.029	32.024
Ajuste a valor presente	(601)	(460)	(1.240)	(1.287)
	<b>413.721</b>	<b>363.762</b>	<b>907.702</b>	<b>888.355</b>
Não circulante	—	—	—	—
Imposto sobre vendas	—	111.812	702.174	206.765
ICMS a recuperar	—	—	691.344	71.063
PIS/COFINS a recuperar	—	111.812	10.830	135.702
Outros	31.781	15.494	41.057	19.632
ICMS a recup. s/Imob.	31.781	15.494	41.057	19.632
Ajuste a valor presente	(7.255)	(7.504)	(13.233)	(12.891)
	<b>24.526</b>	<b>119.802</b>	<b>729.998</b>	<b>213.506</b>
	<b>438.247</b>	<b>483.564</b>	<b>1.637.700</b>	<b>1.101.861</b>

O saldo de ICMS no montante de R\$1.078.948 está substancialmente composto pelo trabalho de revisão dos procedimentos fiscais sobre os créditos de ICMS – Substituição Tributária nas operações interestaduais e ICMS Próprio nas operações interestaduais realizadas nas subsidiárias Globex e NCB no montante de R\$511.954. A realização total desse valor nos próximos cinco anos ocorrerá conforme indicado a seguir:

	Consolidado
2012	387.604
2013	242.300
2014	212.000
2015	114.400
2016	122.644
	<b>1.078.948</b>

A Administração da subsidiária Globex preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações da Globex e subsidiárias, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

### 14. Partes relacionadas

#### a) Vendas e compras de mercadorias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Clientes</b>				
Novasoc Comercial	42.232	37.678	—	—
Sé Supermercados	91.146	94.321	—	—
Sendas Distribuidora	57.312	47.682	—	—
Barcelona	5.137	1.849	—	—
Xantocarpa	1	2	—	—
Globex	1.176	1.617	—	—
Nova PontoCom	754	6.023	—	—
	<b>197.758</b>	<b>189.172</b>		
<b>Fornecedores</b>				
Novasoc Comercial	8.482	2.289	—	—
Sé Supermercados	4.662	3.745	—	—
Sendas Distribuidora	17.984	11.530	—	—
Barcelona	1.923	2.131	—	—
Xantocarpa	1.530	752	—	—
FIC	8.574	7.242	10.679	8.879
Globex	1.721	853	—	—
Nova PontoCom	1.148	803	—	—
Globalbev bebidas e alimentos	2.586	—	3.012	—
Bravo Café	231	—	231	—
Fazenda da Toca Ltda.	222	—	254	—
Restaurante FNH Ltda.	4	—	4	—
Axialent	307	—	310	—
	<b>49.374</b>	<b>29.345</b>	<b>14.490</b>	<b>8.879</b>
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Vendas</b>				
Novasoc Comercial	340.064	308.432	—	—
Sé Supermercados	808.432	795.679	—	—
Sendas Distribuidora	326.680	275.044	—	—
Barcelona	9.299	18.241	—	—
Globex	4	2.431	—	—
Nova PontoCom	15.671	75.545	—	—
ECQD Participações	1.926	—	—	—
	<b>1.502.076</b>	<b>1.475.372</b>		
<b>Compras</b>				
Novasoc Comercial	3.995	2.526	—	—
Sé Supermercados	13.636	10.569	—	—
Sendas Distribuidora	34.494	9.660	—	—
Nova PontoCom	—	20	—	—
ECQD Participações	2	—	—	—
Globalbev bebidas e alimentos	10.227	—	12.640	—
Bravo Café	1.589	—	1.591	—
Sykué Geração de Energia Ltda. (vii)	5.432	—	6.389	—
Fazenda da Toca Ltda.	3.083	—	3.383	—
Restaurante FNH Ltda.	4	—	4	—
E-HUB Cons. Part. e Com. S.A.	217	—	—	—
	<b>72.679</b>	<b>22.775</b>	<b>24.007</b>	—

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### b) Outras operações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativo</b>				
Novasoc Comercial (x)	18.994	—	—	—
Sé Supermercados (x)	40.313	—	—	—
Casino (i)	7.898	5.519	7.898	5.519
FIC (iv)	—	—	3.634	—
Sendas S.A.	—	17.824	—	17.824
Sendas Distribuidora (x)	889.455	564.208	—	—
Xantocarpa	18.698	3.916	—	—
Barcelona (x)	88.030	178.909	—	—
Vedra	20	—	—	—
Globex	—	8.570	—	—
Casas Bahia Comercial Ltda. (v)	—	—	55.243	120.605
Nova PontoCom	15.059	308	—	—
Vancouver	3.183	2.351	—	—
ECQD - sócios (vi)	34.209	—	34.209	—
Nova Casa Bahia	5	—	—	—
Audax SP (xi)	20.746	21.748	20.728	—
Audax Rio (xi)	—	—	9.378	—
Wilkes	—	—	—	—
Outros	6.421	1.203	2.325	32.293
	<b>1.143.031</b>	<b>804.556</b>	<b>133.415</b>	<b>176.241</b>
<b>Passivo</b>				
Novasoc Comercial (x)	—	34.867	—	—
Sé Supermercados (x)	—	48.936	—	—
Fundo Península (ii)	15.256	14.410	15.772	14.894
Barcelona (x)	—	324.350	—	—
Globex (xii)	153.212	79.689	—	—
FIC (iv)	7.900	5.320	11.764	6.886
P.A. Publicidade	7.601	—	—	—
Nova Pontocom	959	—	—	—
Casas Bahia Comercial Ltda. (v)	—	—	342	231.203
Outros	3.344	6.248	—	21.308
	<b>188.272</b>	<b>513.820</b>	<b>27.878</b>	<b>274.291</b>

Demonstração do resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Novasoc Comercial (x)	7.715	8.580	—	—
Sé Supermercados (x)	20.109	22.065	—	—
Sendas Distribuidora (x)	51.937	37.062	—	—
Casino (i)	(5.061)	(5.225)	(5.061)	(5.225)
Fundo Península (ii)	(142.823)	(138.256)	(148.460)	(142.632)
Família Diniz (iii)	(17.553)	(13.053)	(18.776)	(6.346)
Sendas S.A.	—	(37.715)	—	(58.566)
Sykué Consultoria em Energia Lt. (viii)	(382)	—	(824)	—
Casas Bahia Comercial Ltda. (v)	—	—	(141.183)	(67.416)
FIC (iv)	—	(6.802)	(3.662)	(13.832)
Axialent	(2.921)	—	(2.921)	—
Outros	(8.400)	(8.400)	(8.400)	(8.400)
	<b>(97.379)</b>	<b>(141.744)</b>	<b>(329.287)</b>	<b>(302.417)</b>

i. *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$ 2.277 mil, permite-se a transferência de *know-how* no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por 7 anos, com renovação automática por prazo indeterminado. Este contrato foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de agosto de 2005.

ii. *Fundo Península*: 59 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a 1 e 1 imóvel com a Barcelona.

iii. *Família Diniz*: Locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para a Sendas Distribuidora.

iv. *FIC*: O impacto na demonstração do resultado relativa ao Banco Investec representa: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infraestrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"), e (iii) receitas de aluguel de imóveis.

v. *Casas Bahia*: Nova Casa Bahia tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos com os Administradores de Casas Bahia Comercial Ltda.

vi. *Administradores da Nova Pontocom (ECQD)*: Em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom Comércio

### 15. Investimentos

#### a) Composição dos investimentos

	Sé		Sendas		Novasoc		Globex		Nova Pontocom		NCB (*)		Outros		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldos em 31/12/2009	1.591.637	52.194	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18.393	2.466.160	160
Adições	—	—	—	—	6.449	549.623	—	—	—	—	—	—	—	—	556.072	—
Aquisição	—	—	—	—	—	—	—	—	18.895	837.762	—	—	—	—	856.657	—
Baixa	(13.391)	(18.343)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(31.734)	—
Equivalência patrimonial	124.259	745	35.576	(14.222)	—	(2.077)	(2.073)	—	—	—	—	—	—	4.228	146.436	—
Dividendos a Receber	—	782	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	782	—
Ganho (Perda) Participação Acionária	—	—	(11.984)	(1.622)	—	2.176	—	—	—	—	—	—	—	1.235	(10.195)	—
Saldos em 31/12/2010	1.702.505	35.378	30.041	1.337.715	30.041	1.337.715	18.994	835.689	—	—	—	—	—	23.856	3.984.178	178
Adições	—	—	—	—	—	—	—	—	14.000	15.488	—	—	—	111	29.599	—
Varição Cambial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.419	—
Baixa	(152.074)	(36.655)	(11.271)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(200.000)	—
Equivalência patrimonial	220.394	36.014	36.407	43.327	—	—	10.478	20.815	(666)	—	—	—	—	7.916	374.685	—

## Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Valor justo do investimento detido em Bartira (25%): refere-se a mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela NCB de 25% do capital social de Bartira. Sua mensuração foi realizada pelo método de "Income Approach", considerando o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente avaliados, quantificados na forma de fluxo de caixa;

(v) Marca "Casas Bahia": A marca é tradicional e conhecida no mercado varejista brasileiro, sendo considerada uma das mais valiosas por empresas especializadas na avaliação de marcas. Dado a força e reconhecimento desta marca, um participante de marcas não deveria descontinuar-la. Sua mensuração foi baseada pela metodologia "royalties relief", que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;

(vi) Fundo de comércio: pontos comerciais, muitos deles localizados em shoppings centers de grande movimentação. Tanto em shoppings como em lojas de rua, é comum a cobrança de taxas de cessão de direitos de uso do ponto na transferência deste ativo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado através da metodologia "Market Approach";

(vii) Mais valia de imobilizado: calculado segundo o método "Market Approach" para determinar o valor de um ativo através da análise de transações envolvendo ativos compatíveis efetuadas com base na tabela FIPE vigente à época da transação com deságio de 10%.

(viii) Contrato de fornecimento de imóveis pela Bartira: a NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Este contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurado a metodologia "Income Approach"; e (ix) Contrato vantajoso sobre aluguel de imóveis, pactuado com CB: refere-se aos imóveis de CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional realizado por NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicado a metodologia "Income Approach".

Nenhum passivo ou ativo contingente foi identificado e reconhecido na data da aquisição e mesmo que fosse, seria indenizável por CB ou GPA, conforme o caso.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo dos ativos líquidos identificáveis de NCB na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2010
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.937.632
Participação de acionista não controlador	47,56%
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.397.020
<i>Ganho por compra vantajosa</i>	

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de NCB, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou contabilmente um ganho por compra vantajosa, no montante de R\$351.718, reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica Outras despesas operacionais, e demonstrado abaixo:

	31/12/2010
Contraprestação total transferida pela aquisição do controle de NCB	(1.188.894)
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(1.397.020)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.937.632
<i>Ganho por compra vantajosa resultante na aquisição do controle de NCB</i>	
<i>Mensuração subsequente - alocação do preço de compra</i>	

A aquisição de controle da NCB foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o IFRS 3R e CPC 15. A locação provisória do preço de compra era em 31 de dezembro de 2010 R\$453.569 que foi diminuído para R\$351.718 devido a revisão da metodologia dos intangíveis Bartira, mais valia de caminhões, consideração contingente e outros. O período de mensuração encerrou em 08 de novembro de 2011.

Alocação final do preço de compra gerou a seguinte diferença em relações a alocação provisória divulgado em 31 de dezembro de 2010.

	31/12/2010
<b>Ganho vantajoso provisório em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>453.569</b>
Finalização da valorização da consideração paga:	(133.851)
Opção compra -Bartira (ii)	(111.665)
Pagamento adicional por indenização (iv)	(95.084)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as variações na consideração paga	37.849
Efeito dos não controladores sobre as variações na consideração paga	35.048
Finalização na identificação de ativos intangíveis	32.000
Contrato de fornecimento Bartira (ii)	80.121
Mais valia investimento Bartira (iii)	(50.688)
Mais valia caminhões NCB (iii)	92.281
Outros (i)	(29.263)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as variações dos ativos intangíveis identificados	(31.433)
Efeito dos não controladores sobre as variações dos ativos intangíveis identificados	(29.018)
<b>Ganho vantajoso final em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>351.718</b>

(i) Ajustes nos ativos não recuperáveis de NCB;

(ii) Valor dos intangíveis relacionados a Bartira de contrato de fornecimento, opção de compra e investimento de NCB em Bartira, utilizando margem projetada e fluxo de caixa descontado;;

(iii) Mais valia da frota de caminhões da NCB;

(iv) Despesas assumidas de Globex com fatos geradores anteriores a data-base da combinação, que devem ser reembolsados a família Klein na proporção dos respectivos efeitos.

O referido ganho obtido justifica-se para a CB principalmente em função dos desdobramentos futuros extremamente positivos advindos dessa associação com o GPA. Essa associação permitirá à NCB melhores acessos a financiamentos e sinergias em todas as áreas, tais como: comercial, logística, administrativa e financeira, dentre outras.

Adicionalmente, a associação com a CB colocará a Globex num novo patamar de negócios, permitindo maior cobertura nacional, ganhos de escala e outros benefícios a serem convertidos em favor dos clientes e colaboradores, que resultarão possivelmente em uma rentabilidade futura mais atraente, com a consequente valorização das ações pertencentes à CB. Com participação de 47% na Globex, a CB continuará participando ativamente na operação, seja na Administração direta ou através do Conselho de Administração.

Os custos da transação, no total de R\$100.100, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica outras despesas operacionais na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

b) **Combinação de Negócios eHUB**

**1 - Contexto da Operação**

Em 8 de novembro de 2010, a Globex e a subsidiária Nova Pontocom assinaram um acordo para aquisição da participação remanescente de 55% na E-Hub (empresa prestadora de serviços na área de comércio eletrônico). A E-Hub era uma joint venture contabilizada como investimento em empresas afiliadas. Os antigos proprietários de E-Hub cederam de 55% de sua participação nesta empresa, além do pagamento de R\$20.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2013, em troca de 6% da subsidiária PF.com. As partes assinaram um acordo de acionistas com duração de 7 anos, com garantia mútua direito de preferência em qualquer oferta relativa a essa participação, sempre a valores de mercado. Os ativos recebidos se referem aos ativos líquidos dos passivos de E-Hub a valor de livros contábeis somam R\$2.200, além da torna de R\$20.000, enquanto as considerações pagas foram 6% de Nova.Com estimados a valor justo de R\$31.530, incluindo o valor de livros. A transação gerou um ágio que R\$9.230.

	31/12/2009	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em: 31/12/2010
Terrenos	817.083	534	-	(5.219)	7.691	820.089
Edifícios	1.750.712	8.949	(59.852)	(17.970)	113.423	1.795.262
Benfeitorias em imóveis de terceiros	822.036	29	(59.035)	(18.002)	241.195	986.223
Máquinas e equipamentos	308.444	143.625	(30.771)	(4.445)	(53.714)	363.139
Instalações	51.445	42.912	30.319	(1.823)	(30.749)	92.104
Móveis e utensílios	135.114	48.657	(42.651)	(1.693)	21.454	160.881
Veículos	16.705	8.404	(3.502)	(2.201)	(4.212)	15.194
Imobilizado em andamento	274.279	572.049	-	(21.703)	(403.145)	421.480
Outros	92.358	22.017	(3.952)	(64)	10.628	120.987
	4.268.176	847.176	(169.444)	(73.120)	(97.429)	4.775.359
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos de informática	4.771	-	(1.106)	-	-	3.665
Edifícios	24.343	-	(1.369)	-	-	22.974
	29.114	-	(2.475)	-	-	26.639
<b>Total</b>	<b>4.297.290</b>	<b>847.176</b>	<b>(171.919)</b>	<b>(73.120)</b>	<b>(97.429)</b>	<b>4.801.998</b>
	<b>Saldo em: 31/12/2010</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em: 31/12/2011</b>
Terrenos	820.089	-	-	-	(14.000)	806.089
Edifícios	1.795.262	23.380	(57.085)	(252)	199.566	1.960.871
Benfeitorias em imóveis de terceiros	986.223	387	(71.054)	(3.844)	184.656	1.096.368
Máquinas e equipamentos	363.139	182.839	(67.235)	(9.077)	44.139	513.805
Instalações	92.104	18.985	(9.610)	(334)	9.276	110.421
Móveis e utensílios	160.881	54.887	(24.715)	(1.596)	19.464	208.921
Veículos	15.194	9.470	(4.748)	(1.798)	582	18.700
Imobilizado em andamento	421.480	429.934	-	(10.404)	(581.845)	259.165
Outros	120.987	28.135	(6.962)	(2)	105.962	36.196
	4.775.359	748.017	(241.409)	(27.307)	(244.124)	5.010.536
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos de informática	3.665	50.239	(14.127)	(241)	2.936	42.472
Edifícios	22.974	-	(1.369)	-	-	21.605
	26.639	50.239	(15.496)	(241)	2.936	64.077
<b>Total</b>	<b>4.801.998</b>	<b>798.256</b>	<b>(256.905)</b>	<b>(27.548)</b>	<b>(241.188)</b>	<b>5.074.613</b>
	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
	<b>Custo acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Terrenos	806.089	-	806.089	820.089	-	820.089
Edifícios	2.649.382	(688.511)	1.960.871	2.427.005	(631.743)	1.795.262
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.937.875	(841.507)	1.096.368	1.758.276	(772.053)	986.223
Máquinas e equipamentos	1.223.421	(709.616)	513.805	1.014.994	(651.855)	363.139
Instalações	285.015	(174.594)	110.421	257.257	(165.153)	92.104
Móveis e utensílios	507.854	(298.933)	208.921	439.258	(278.377)	160.881
Veículos	29.318	(10.618)	18.700	24.154	(8.960)	15.194
Imobilizado em andamento	259.165	-	259.165	421.480	-	421.480
Outros	66.647	(30.451)	36.196	144.464	(23.477)	120.987
	7.764.766	(2.754.230)	5.010.536	7.306.977	(2.531.618)	4.775.359
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos de informática	58.703	(16.231)	42.472	5.527	(1.862)	3.665
Edifícios	34.448	(12.843)	21.605	34.448	(11.474)	22.974
	93.151	(29.074)	64.077	39.975	(13.336)	26.639
<b>Total</b>	<b>7.857.917</b>	<b>(2.783.304)</b>	<b>5.074.613</b>	<b>7.346.952</b>	<b>(2.544.954)</b>	<b>4.801.998</b>

	31/12/2009	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em: 31/12/2010
Terrenos	817.083	534	-	(5.219)	7.691	820.089
Edifícios	1.750.712	8.949	(59.852)	(17.970)	113.423	1.795.262
Benfeitorias em imóveis de terceiros	822.036	29	(59.035)	(18.002)	241.195	986.223
Máquinas e equipamentos	308.444	143.625	(30.771)	(4.445)	(53.714)	363.139
Instalações	51.445	42.912	30.319	(1.823)	(30.749)	92.104
Móveis e utensílios	135.114	48.657	(42.651)	(1.693)	21.454	160.881
Veículos	16.705	8.404	(3.502)	(2.201)	(4.212)	15.194
Imobilizado em andamento	274.279	572.049	-	(21.703)	(403.145)	421.480
Outros	92.358	22.017	(3.952)	(64)	10.628	120.987
	4.268.176	847.176	(169.444)	(73.120)	(97.429)	4.775.359
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos de informática	4.771	-	(1.106)	-	-	3.665
Edifícios	24.343	-	(1.369)	-	-	22.974
	29.114	-	(2.475)	-	-	26.639
<b>Total</b>	<b>4.297.290</b>	<b>847.176</b>	<b>(171.919)</b>	<b>(73.120)</b>	<b>(97.429)</b>	<b>4.801.998</b>
	<b>Saldo em: 31/12/2010</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em: 31/12/2011</b>
Terrenos	820.089	-	-	-	(14.000)	806.089
Edifícios	1.795.262	23.380	(57.085)	(252)	199.566	1.960.871
Benfeitorias em imóveis de terceiros	986.223	387	(71.054)	(3.844)	184.656	1.096.368
Máquinas e equipamentos	363.139	182.839	(67.235)	(9.077)	44.139	513.805
Instalações	92.104	18.985	(9.610)	(334)	9.276	110.421
Móveis e utensílios	160.881	54.887	(24.715)	(1.596)	19.464	208.921
Veículos	15.194	9.470	(4.748)	(1.798)	582	18.700
Imobilizado em andamento	421.480	429.934	-	(10.404)	(581.845)	259.165
Outros	120.987	28.135	(6.962)	(2)	105.962	36.196
	4.775.359	748.017	(241.409)	(27.307)	(244.124)	5.010.536
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos de informática	3.665	50.239	(14.127)	(241)	2.936	42.472
Edifícios	22.974	-	(1.369)	-	-	21.605
	26.639	50.239	(15.496)	(241)	2.936	64.077
<b>Total</b>	<b>4.801.998</b>	<b>798.256</b>	<b>(256.905)</b>	<b>(27.548)</b>	<b>(241.188)</b>	<b>5.074.613</b>

	31/12/2009	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em: 31/12/2010
Terrenos	817.083	534	-	(5.219)	7.691	820.089
Edifícios	1.750.712	8.949	(59.852)	(17.970)	113.423	1.795.262
Benfeitorias em imóveis de terceiros	822.036	29	(59.035)	(18.002)	241.195	986.223
Máquinas e equipamentos	308.444	143.625	(30.771)	(4.445)	(53.714)	363.139
Instalações	51.445	42.912	30.319	(1.823)	(30.749)	92.104
Móveis e utensílios	135.114	48.657	(42.651)	(1.693)	21.454	160.881
Veículos	16.705	8.404	(3.502)	(2.201)	(4.212)	15.194
Imobilizado em andamento	274.279	572.049	-	(21.703)	(403.145)	421.480
Outros	92.358	22.017	(3.952)	(64)	10.628	120.987
	4.268.176	847.176	(169.444)	(73.120)	(97.429)	4.775.359
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos de informática	4.771	-	(1.106)	-	-	3.665
Edifícios	24.343	-	(1.369)	-	-	22.974
	29.114	-	(2.475)	-	-	26.639
<b>Total</b>	<b>4.297.290</b>	<b>847.176</b>	<b>(171.919)</b>	<b>(73.120)</b>	<b>(97.429)</b>	<b>4.801.998</b>
	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2010</b>
	<b>Custo acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo acumulada</b>	<b>L</b>

# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) **Marca**  
O valor foi submetido a teste recuperável de ativos através da metodologia de Income approach - Relief from Royalty, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuro. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento de perpetuo de 2,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,9%.
- e) **Fundo de Comércio**  
Os Fundos de Comércio foram alocados na UGC. As UGCs foram submetidas ao teste recuperável de ativos através do fluxo de caixa descontado.
- f) **Outros Intangíveis**  
O software foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado. Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.  
• Vida útil definida - contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

### 19. Empréstimos e financiamentos

#### a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Debêntures (i)</b>				
Debêntures	506.122	523.574	506.122	523.574
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	68	598	68	598
Custo de captação	(4.346)	(3.497)	(4.346)	(3.497)
	501.844	520.675	501.844	520.675
<b>Em moeda local</b>				
BNDES (e)	109.224	39.099	152.629	80.905
IBM (Nota 24)	-	-	6.815	6.815
Capital de giro (c)	38.065	-	126.892	259.077
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI (c)	-	-	2.263.122	1.283.059
FIDCs (Nota 11)	-	-	1.235.934	-
Arrendamentos financeiros (Nota 24)	55.800	20.789	81.643	64.467
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(882)	(3)	(882)	(439)
Custo de captação	(6.424)	(4.525)	(8.670)	(8.855)
Antecipação de recebíveis	-	249.997	-	249.997
Outros	-	-	2.346	2.085
	195.783	305.357	3.859.829	1.937.106
<b>Em moeda estrangeira</b>				
Capital de giro (c)	15.546	366.592	537.023	414.140
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(197)	35.778	19.163	43.856
Custo de captação	(298)	(372)	(361)	(661)
	15.051	401.998	555.825	457.335
	712.678	1.228.030	4.917.498	2.915.116

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Debêntures (i)</b>				
Debêntures	2.145.886	1.075.538	2.145.886	1.075.538
Custo de captação	(8.368)	(8.066)	(8.368)	(8.066)
	2.137.518	1.067.472	2.137.518	1.067.472
<b>Em moeda local</b>				
BNDES (e)	375.560	358.053	405.515	381.372
IBM (Nota 24)	-	-	5.112	11.917
Capital de giro (c)	1.098.730	703.049	1.406.575	972.988
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI (c)	-	-	129.300	102.106
Globex FIDCs (Nota 11)	-	-	1.184.522	2.280.517
Arrendamentos financeiros (Nota 24)	152.344	66.129	194.788	101.244
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(17.129)	7.967	(25.779)	8.134
Custo de captação	(7.244)	(9.486)	(7.780)	(12.272)
	1.602.261	1.125.712	3.292.253	3.846.006
<b>Em moeda estrangeira</b>				
Capital de giro (c)	716.621	296.147	832.657	615.867
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(26.729)	35.055	(21.399)	63.059
Custo de captação	(129)	(426)	(129)	(468)
	689.763	330.776	811.129	678.458
<b>Não circulante</b>				
Total	5.142.220	3.751.990	11.158.398	8.507.052

b) **Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulantes**

Ano	Controladora	Consolidado
2013	1.563.419	3.343.888
2014	1.621.954	1.644.908
2015	1.047.948	1.048.296
2016	177.837	178.239
Após 2016	34.125	41.846
<b>Subtotal</b>	<b>4.445.283</b>	<b>6.257.177</b>
Custo de Captação	(15.741)	(16.277)
<b>Total</b>	<b>4.429.542</b>	<b>6.240.900</b>

c) **Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência**

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Dívida</b>					
<b>Moeda local</b>					
Itaú Unibanco	-	-	-	-	14
Banco do Brasil	11,8% a.a.	809.769	703.049	1.856.869	1.188.303
Banco do Brasil	98,5% do CDI	327.026	-	327.026	-
Bradesco	12,6% a.a.	-	-	1.041.287	657.967
Alfa	CDI + 1,5% a.a.	-	-	-	11.040
HSBC	10,3% a.a.	-	-	-	4.811
Santander	104% do CDI	-	-	88.830	190.317
Safrá	10,4% a.a.	-	-	611.877	564.778
		1.136.795	703.049	3.925.889	2.617.230
Circulante		38.065	-	2.390.014	1.542.136
Não circulante		1.098.730	703.049	1.535.875	1.075.094
<b>Moeda estrangeira</b>					
Itaú BBA	USD + 3,2% a.a.	534.989	296.147	534.989	296.147
Banco do Brasil	USD + 3,9% a.a. e 2,3% a.a.	-	-	317.373	143.612
Bradesco	USD + 2,7% e 3,9% a.a.	-	-	115.017	-
Santander	USD + 2,1% a.a.	203	237.438	116.239	337.693

(i) **Informações adicionais:**

Descrição	Dados			
	6ª emissão	7ª emissão	8ª emissão	9ª emissão
<b>6ª emissão</b>	Em 27 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 77.965 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$779.650. As debêntures emitidas dentro do escopo da 6.a emissão têm as seguintes características:	Em 8 de junho de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de uma oferta restrita de 200 debêntures não-conversíveis, no valor total de R\$200.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 7ª emissão têm as seguintes características:	Em 4 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 500 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$500.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 8ª emissão têm as seguintes características:	Em 5 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 610 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$610.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 9ª emissão têm as seguintes características:
<b>Séries:</b>	Dois séries: 54.000 e 23.965 debêntures foram emitidas na primeira e na segunda séries, respectivamente.	Única.	Única.	Única.
<b>Classe e conversibilidade:</b>	Não convertíveis em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.
<b>Tipo:</b>	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.
<b>Data de emissão:</b>	1º de março de 2007.	15 de junho de 2009.	15 de dezembro de 2009.	05 de janeiro de 2011.
<b>Prazo e vencimento:</b>	72 (setenta e dois) meses, vencendo assim em 1º de março de 2013.	720 (setecentos e vinte) dias após a data de emissão, vencendo, portanto, em 5 de junho de 2011.	60 (sessenta) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2014.	36 (trinta e seis) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 05 de janeiro de 2014.
<b>Remuneração:</b>	Taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 0,5%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 1º de março e 1º de setembro de cada ano.	119% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.	109,5% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.	107,75% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.
<b>Amortização:</b>	A ser amortizado em 3 (três) parcelas anuais: 1º de março de 2011; 1º de março de 2012, e 1º de março de 2013. Em cada data de pagamento da amortização, 25.988 debêntures serão pagas.	Amortização em uma única parcela na data de vencimento.	O valor nominal unitário das debêntures será amortizado nas seguintes datas: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014. Em cada data, 1/5 (um quinto) do valor nominal unitário das debêntures (R\$1.000.000) será pago.	O valor nominal unitário das debêntures não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debêntures será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.
<b>Resgate antecipado:</b>	No 18º mês após a data de emissão, a Companhia poderá resgatar parcial ou totalmente, antecipadamente, as debêntures pagando: (i) o Valor Nominal Unitário, calculado "pro rata temporis" da data de emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, quando aplicável, até a data do seu pagamento efetivo; ou (ii) o reembolso do prêmio correspondente a, no máximo, 1,5%, calculado pro rata temporis, diminuindo conforme a passagem do tempo. O resgate parcial, se aplicável, poderá ocorrer por saque, de acordo com o Art. 55, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com outras normas aplicáveis.	Não aplicável.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.
<b>Índices financeiros:</b>	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparados em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparados em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Dívida</b>					
ABN AMRO	USD+ 4,9% a.a.	-	129.154	89.086	252.555
HSBC	USD + 2,4% a.a.	196.975	-	196.976	-
		732.167	662.739	1.369.680	1.030.007
Circulante		15.546	366.592	537.023	414.140
Não circulante		716.621	296.147	832.657	615.867
<b>Contratos de swap</b>					
Itaú Unibanco	CDI 105,0%	-	598	-	598
Itaú BBA	CDI 102,8%	(901)	35.055	(901)	35.055
Banco do Brasil	CDI 103,2%	(18.011)	7.964	(15.681)	18.808
Bradesco	CDI 103,9%	-	-	(4.348)	-
Santander	CDI 110,7%	-	52.814	18.058	56.560
ABN AMRO	CDI 104,3%	68	(17.036)	68	4.187
HSBC	CDI 99,0%	(26.025)	-	(26.025)	-
		(44.869)	79.395	(28.829)	115.208
Circulante		(1.011)	36.373	18.349	44.015
Não circulante		(43.858)	43.022	(47.178)	71.193
		1.824.093	1.445.183	5.266.740	3.762.445

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro.

d) **Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI**  
As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, e os encargos financeiros médios cobrados são de 11,69% a.a. Nestes contratos, NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados, garantidos junto às instituições financeiras por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

e) **BNDES**  
Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos a indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), mais taxa de juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais taxa de juros anuais fixos. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no quadro abaixo.  
A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) relação EBITDA/Dívida líquida igual ou maior que 0,35. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas supramencionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Encargos financeiros anuais</b>				
TJLP + 9,2%	46	Nov/12	30.285	63.339
TJLP + 8,7%	46	Nov/12	4.375	9.150
TJLP + 9,6%	60	Dez/16	410.327	324.663
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	39.797	-
TJLP + 4,5%	24	Jan/11	-	-
TJLP + 4,5%	11	Nov/11	-	-
TJLP + 2,3%	11	Nov/11	-	-
TJLP + 2,8%	48	Nov/11	-	-
TJLP + 2,3%	48	Jun/13	-	-
TJLP + 2,3%	48	Mai/12	-	-
TJLP + 2,8%	48	Mai/12	-	-
TJLP + 1,9% a.a	30	Jun/14	-	-
7% a.a.	24	Out/12	-	-
TJLP + 1,9% a.a. + de 1% a.a.	30	Jun/14	-	-
TJLP + 3,5% a.a. + de 1% a.a.	30	Jun/14	-	-
			484.784	397.152
			109.224	39.099
			375.560	358.053
			558.144	462.277
			80.905	80.905
			405.515	381.372

f) **Garantias**  
A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e IBM.

g) **Contratos de swap**  
A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos, em Yen e taxas de juros fixas, para o Real atrelado à taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa 20. A taxa de referência anual do CDI em 31 de dezembro de 2011 era de 11,60% (9,75% em 31 de dezembro de 2010).

h) **Quotas do PAFIDC resgatáveis**  
Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registra os valores relativos às quotas sênior como "Empréstimos e financiamentos".

i) **Debêntures**

	Tipo	Controladora e Consolidado			
		Debêntures em circulação	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	31/12/2011
6ª emissão 1ª série	Sem preferência	54.000	CDI + 0,5%	6.917	373.529
6ª emissão 2ª série	Sem preferência	23.965	CDI + 0,5%	6.917	165.771
6ª emissão 1ª e 2ª séries Swap de taxa de juros	-	-	104,96% do CDI	6.917	68
7ª emissão 1ª série	Sem preferência	-	119% do CDI	1.056.320	-
8ª emissão 1ª série	Sem preferência	500	109,5% do CDI	1.253.411	626.706
9ª emissão 1ª série	Sem preferência	610	107,7% do CDI	1.024.010	685.647
10ª emissão 1ª série	Sem preferência	80.000	108,5 do CDI	10.004	800.355
Custo de captação	-	-	-	-	(12.714)
					2.639.36

## Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Dados				
	6ª emissão	7ª emissão	8ª emissão	9ª emissão	10ª emissão
Utilização dos fundos:	Os fundos arrecadados através das séries da 6.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e para pagar dívidas de curto prazo.	Os fundos arrecadados através da 7ª emissão deverão ser usados exclusivamente pela Companhia para aquisição de produtos agrícolas e rurais junto aos seus fornecedores que forem produtores agrícolas e/ou cooperativas listados no respectivo Instrumento de Emissão dentre de um prazo não excedente a 5 (cinco) meses a partir da data de emissão a serem vendidos nos estabelecimentos da Companhia.	Os fundos arrecadados através da 8ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através da 9ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através da 10ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para alongamento da dívida.

## 20. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 (IAS 39, IAS 32 e IFRS 7). Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalentes de caixa	2.328.783	1.757.576	2.328.783	1.757.576
Contas a receber e FIDC	915.814	997.983	915.814	997.983
Partes relacionadas - Ativo	1.143.031	804.556	1.143.031	804.556
Partes relacionadas - Passivo	(188.272)	(513.820)	(188.272)	(513.820)
Fornecedores	(2.526.912)	(2.219.699)	(2.526.912)	(2.219.699)
Empréstimos e financiamentos	(2.502.858)	(2.163.843)	(2.673.150)	(2.170.748)
Debêntures	(2.639.362)	(1.588.147)	(2.641.113)	(1.580.328)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(3.469.776)</b>	<b>(2.925.394)</b>	<b>(3.641.819)</b>	<b>(2.924.480)</b>

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalentes de caixa	4.969.955	3.817.994	4.969.955	3.817.994
Aplicações financeiras	-	608.002	-	608.002
Contas a receber e FIDC	5.993.341	4.575.173	5.998.354	4.578.069
Partes relacionadas - Ativo	133.415	176.241	133.415	176.241
Partes relacionadas - Passivo	(27.878)	(274.291)	(27.878)	(274.291)
Fornecedores	(6.278.757)	(5.368.738)	(6.278.757)	(5.368.738)
Empréstimos e financiamentos	(8.519.036)	(6.918.905)	(8.725.757)	(7.011.300)
Debêntures	(2.639.362)	(1.588.147)	(2.641.113)	(1.580.328)
Opção de compra - Bartira	304.339	304.339	304.339	304.339
<b>Exposição líquida</b>	<b>(6.063.983)</b>	<b>(4.668.332)</b>	<b>(6.267.442)</b>	<b>(4.750.012)</b>

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 20 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação dos ativos e passivos a valor justo está descrito na Nota 20c.

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

(i) *Risco de crédito*

• Caixa e equivalentes de caixa: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa 7).

• Contas a receber: a Companhia vende diretamente para clientes individuais através de cheques pré-datados, em uma pequena parte das vendas 0,09% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (0,59% em 31 de dezembro de 2010).

• A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.

• Vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são substancialmente destinadas ao PAFIDC e Globex FIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa 11).

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

(iii) *Risco de taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam anular o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

(iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	5.142.220	3.751.990	11.158.398	8.507.052
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.328.783)	(1.757.576)	(4.969.955)	(3.817.994)
Dívida líquida	2.813.437	1.994.414	6.188.443	4.689.058
Patrimônio líquido	7.625.273	7.023.322	10.094.425	9.500.592
Patrimônio líquido e dívida líquida	10.438.710	9.017.736	16.282.868	14.189.650

(v) *Risco de gestão de liquidez*  
A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Controladora			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	398.155	1.409.411	522.483	2.330.049
Debêntures	570.582	1.325.276	-	1.895.858
Instrumentos financeiros derivativos	32.034	53.464	-	85.498
Arrendamento mercantil financeiro	20.789	36.268	29.861	86.918
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.021.560</b>	<b>2.824.419</b>	<b>552.344</b>	<b>4.398.323</b>

	Controladora			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	92.100	2.828.530	-	2.920.630
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	355	70.562	-	70.917
Arrendamento mercantil financeiro	55.800	118.000	34.100	207.900
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>730.510</b>	<b>5.787.225</b>	<b>34.100</b>	<b>6.551.835</b>

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	2.232.979	2.285.844	522.483	5.041.306
Debêntures	570.582	1.325.276	-	1.895.858
Instrumentos financeiros derivativos	41.241	73.784	-	115.025
Arrendamento mercantil financeiro	71.577	77.687	37.982	187.246
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.916.379</b>	<b>3.762.591</b>	<b>560.465</b>	<b>7.239.435</b>

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	3.248.159	3.478.612	-	6.726.770
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	27.573	66.634	-	94.206
Arrendamento mercantil financeiro	88.847	158.140	41.800	288.788
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.946.834</b>	<b>6.473.519</b>	<b>41.800</b>	<b>10.462.152</b>

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*  
Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos e YEN) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local.

Esses contratos montam em 31 de dezembro de 2011, um valor de referência de R\$2.057.826 (R\$1.797.564 em 31 de dezembro de 2010). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas, preferencialmente, são realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de *swap* de dívidas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos e Yen japoneses) para conversão de taxas de juro fixas e moedas estrangeiras para Real e taxas de juro locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$607.184 em 31 de dezembro de 2011 (R\$962.585 em 31 de dezembro de 2010) e (ii) são primariamente relativos a debêntures e empréstimos do BNDES, trocando taxas de juro locais variáveis mais taxas de juro fixas por taxas de juro variáveis (CDI).

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores ("*caps*"), margens, cláusulas de arrendamento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedge* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura ("*hedge accounting*"), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

	Consolidado			
	Valor de referência	Valor Justo	31/12/2011	31/12/2010
<b>Hedge de valor justo</b>				
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)	2.057.826	1.797.564	2.398.836	1.853.749
<b>Posição comprada</b>				
Taxa pré-fixada	3,3% a.a.	685.000	980.000	810.335
USD + Fixa		1.372.826	817.564	1.604.792
		2.057.826	1.797.564	2.415.127
<b>Posição vendida</b>				
CDI 103,7% a.a.	(2.057.826)	(1.797.564)	(2.373.503)	(1.861.447)
<b>Posição líquida</b>				
		-	-	41.624
				(7.698)

	Consolidado			
	Valor de referência	Valor Justo	31/12/2011	31/12/2010
<b>Contratos de swap mensurados a valor justo por meio do resultado</b>				
<b>Posição ativa</b>				
USD + Fixa	5,92% a.a.	67.884	74.704	89.474
YEN + Fixa	1,69% a.a.	-	108.231	-
CDI + Fixa	100% CDI + 0,05% a.a.	539.300	779.650	540.987
		607.184	962.585	630.461
		(607.184)	(962.585)	(643.191)
		-	-	(12.730)
		-	-	(115.209)

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$28.894 (R\$115.209 em 31 de dezembro de 2010) e está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos". Os efeitos do *hedge* de valor justo no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$53.307 de ganho (R\$98.794 de perda em 31 de dezembro de 2010).

(vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas da BM&FBovespa e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap* divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

b) *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros*

As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e Dlxline, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) *Hedge* de valor justo (nas datas de vencimento)

Operações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa pré-fixada		(1.337.880)	(1.456.936)	(1.583.586)
Aumento da taxa		1.333.221	1.450.810	1.575.862
Swap (posição ativa a taxa pré-fixada)		(4.659)	(6.127)	(7.724)
Efeito líquido		(1.302.243)	(1.425.186)	(1.542.890)
<b>Efeito líquido total</b>		<b>-</b>	<b>(124.411)</b>	<b>(243.712)</b>

(ii) *Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado*

Operações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida - USD		(1.570.021)	(1.962.525)	(2.355.030)
Aumento do USD		1.591.272	1.989.089	2.386.907
Swap (posição ativa em USD)		21.251	26.564	31.877
Efeito líquido		(1.417.923)	(1.571.752)	(1.685.728)
<b>Efeito líquido total</b>		<b>-</b>	<b>(148.516)</b>	<b>(217.200)</b>
Queda do USD		575.797	588.750	601.550
Aumento do CDI		(575.816)	(589.416)	(602.861)
Efeito líquido		(19)	(666)	(1.311)
<b>Efeito líquido total</b>		<b>-</b>	<b>(647)</b>	<b>(1.292)</b>

(iii) *Outros instrumentos financeiros*

Operações	Risco	31/12/2011	Projeções de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos					
<b>Debêntures:</b>					
6ª emissão	CDI + 0,5%	539.300	600.640	685.286	800.490
8ª emissão	109,50% do CDI	626.706	760.494	945.369	1.203.189
9ª emissão	107,75% do CDI	685.647	832.019	1.034.282	1.316.350
10ª emissão	108,5% do CDI	800.355	971.215	1.207.316	1.536.573
Total Debêntures		2.652.008	3.164.368	3.872.253	4.856.602
PAFIDC (quotas seniores)	109,5% do CDI	1.235.934	1.438.145	1.714.287	2.092.142
Exposição total a empréstimos e financiamentos		3.887.942	4.602.513	5.586.540	6.948.744
Caixa e equivalentes de caixa (*)	100,9 % do CDI	4			

# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PIS e COFINS a pagar	53.152	120.749	140.261	216.194
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.718	11.718	174.935	58.006
Outros	4.232	11.419	17.220	24.653
	<b>69.102</b>	<b>143.886</b>	<b>332.416</b>	<b>298.853</b>

### b) Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos parcelados	1.344.662	1.178.202	1.440.636	1.282.102
Lei nº 11.941/09 (iii)	-	90.043	-	90.043
INSS	-	29.505	-	35.428
CPMF (i)	21.219	22.976	22.386	24.256
Outros (ii)	1.365.881	1.320.726	1.463.022	1.431.829
Circulante	163.214	51.480	171.212	54.071
Não circulante	1.202.667	1.269.246	1.291.810	1.377.758

(i) CPMF - Em 2003 a Companhia desistiu de certas ações para apresentar pedido de parcelamento nos termos do Programa de Parcelamento Especial ("PAES"), instituído pela Lei nº 10.684/2003, cujas parcelas são corrigidas pela TJLP e cujo saldo consolidado podia ser pago em 120 meses.

(ii) Outros - A Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pela SELIC e podem ser pagos dentro de 120 meses.

(iii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) - A Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu por meio de seus arts. 1º a 13º parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até Novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade da utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, o prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, a utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionadas pela adesão a este parcelamento.

Considerando este cenário em setembro de 2009 a Companhia optou por reduzir a sua exposição fiscal, fazendo a adesão às modalidades oferecidas por este parcelamento para incluir alguns de seus passivos tributários no mencionado parcelamento. Para tanto, avaliou à época juntamente com seus assessores legais todos os processos administrativos e judiciais em curso perante a RFB/PGFN e a Justiça Federal, avaliados como riscos de perdas possíveis e/ou prováveis, e optou pela inclusão de determinados casos no mencionado programa de parcelamento, cuja fase de consolidação se deu entre 07 a 30 de junho de 2011.

### 22. Impostos de renda e contribuição social

#### a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	803.299	656.153	804.655	670.452
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(200.825)	(164.038)	(241.397)	(201.136)
Multas fiscais	(2.371)	(854)	(3.053)	(1.298)
Mais valia advindos de combinação de negócios	-	87.930	-	87.930
Reversão provisão para não realização do IR Diferido de anos anteriores	-	-	106.196	-
Recuperação de créditos	30.098	-	31.026	-
Equivalência patrimonial e provisão para passivo descoberto de controlada	93.671	36.609	10.448	10.350
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(5.653)	2.698	11.781	19.632
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(85.080)	(37.655)	(84.999)	(84.522)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:	-	(2.667)	(142.117)	(52.052)
Sobre ágio amortizado	(104.903)	(103.098)	(104.903)	(109.307)
Diferido	19.823	68.110	162.021	76.837
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(85.080)	(37.655)	(84.999)	(84.522)
Taxa efetiva	10,6%	5,7%	10,6%	12,6%

(\*) O GPA não paga contribuição social (9%) baseada em uma ação judicial vencedora no passado, o que reduz o imposto sobre renda para 25% nesta Companhia.

#### b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Prejuízos fiscais (i)	61.470	54.375	764.524	720.530
Provisão para demandas judiciais	70.326	117.334	208.639	232.548
Provisão de operações com instrumentos financeiros derivativos tributados pelo regime de caixa	21.905	(9.639)	57.321	27.418
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.388	2.225	82.147	66.507
Amortização fiscal de ágio sobre investimento	64.804	52.124	59.601	57.410
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	(7.075)	6.051	(1.207.770)	(1.159.740)
Mais valia de ativos adquiridos por combinação de negócio	-	-	-	2.538
Imposto de renda sobre ágio Vieri	-	104.903	-	104.903
Provisão para redução de ágio	12.192	12.818	133.563	44.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos	225.010	340.191	134.814	213.672
Provisão para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(106.196)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>	<b>225.010</b>	<b>340.191</b>	<b>134.814</b>	<b>107.476</b>
Ativo não circulante	225.010	340.191	1.249.687	1.136.462
Passivo não circulante	-	-	(1.114.873)	(1.028.986)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	225.010	340.191	134.814	107.476

(i) As compensações de prejuízos fiscais estão relacionadas à aquisição da S6 e Globex e aqueles gerados pela subsidiária Sendas Distribuidora. A realização desses ativos líquidos da reserva de avaliação é considerada como provável de acordo o plano de negócio estabelecido pela Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	54.114	381.461
2013	90.596	230.569
2014	29.126	207.075
2015	29.126	235.550
2016	22.048	195.032
	<b>225.010</b>	<b>1.249.687</b>

Em atendimento ao CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

### 23. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir os prejuízos considerados prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	PIS/COFINS	Fiscais outros	Cíveis e Trabalhistas	outros Total
Saldo em 31/12/2009	34.842	42.692	43.599	33.485
Adições	213.891	27.433	2.340	243.664
Reversões	(9.517)	(22.295)	(9)	(31.821)
Atualização monetária	3.101	3.919	6.945	6.727
Saldo em 31/12/2010	37.943	250.985	55.682	42.543
	<b>37.943</b>	<b>250.985</b>	<b>55.682</b>	<b>42.543</b>
Saldo em 31/12/2010	37.943	250.985	55.682	42.543
Adições	20.288	23.304	6.505	50.097
Parcelamento 11.941/09	(39.762)	(17.524)	-	(57.286)
Pagamentos	(100.647)	(14.669)	-	(115.316)
Reversões	(42.036)	2.275	(21.074)	(60.835)
Atualização monetária	1.819	15.432	8.951	6.907
Saldo em 31/12/2011	126.498	75.543	34.881	236.922

### b) Consolidado

	PIS/COFINS		Fiscais outros		Cíveis e Trabalhistas		outros Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31/12/2009	161.391	279.275	-	-	103.148	117.509	661.323	-
Adições	5.640	224.918	-	-	43.859	23.989	298.406	-
Parcelamento 11.941/09	(71.164)	(10.610)	-	-	-	-	(81.774)	-
Pagamentos	-	-	(26.618)	-	(48.758)	(14.134)	(89.510)	-
Reversões	-	-	9.745	-	(264)	(9.481)	-	-
Transferências	8.601	8.283	-	-	10.904	10.295	38.083	-
Atualização monetária	-	(20.140)	-	-	1.744	1.205	(17.191)	-
Saldo em 31/12/2010	104.468	464.853	-	-	110.633	129.383	809.337	-
	<b>104.468</b>	<b>464.853</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.633</b>	<b>129.383</b>	<b>809.337</b>	<b>-</b>
Saldo em 31/12/2010	104.468	464.853	-	-	110.633	129.383	809.337	-
Adições	8.754	38.360	-	-	52.930	79.046	179.090	-
Parcelamento 11.941/09	(39.762)	(17.524)	-	-	-	-	(57.286)	-
Pagamentos	-	-	(105.478)	-	(33.263)	(17.599)	(156.340)	-
Reversões	(2.723)	(86.579)	-	-	(11.374)	(83.212)	(183.888)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária	7.313	52.496	-	-	13.927	15.474	89.210	-
Saldo em 31/12/2011	78.050	346.128	-	-	132.853	123.092	680.123	-

### c) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), 11,04% em 31 de dezembro de 2011 (9,37% em 31 de dezembro de 2010), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

**COFINS e PIS**  
Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Além disso, uma controlada da Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de IPI - insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2011 é de R\$78.050 (R\$104.468 em 31 de dezembro de 2010).

**Fiscais e Outros**  
A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São eles: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro; (iv) questionamentos relacionados a compensações de prejuízo fiscal, bem como aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota, obrigações acessórias pelos fiscais estaduais e (v) outros assuntos de menor expressão. O montante contabilizado em 31 de dezembro de 2011 para esses assuntos é de R\$161.460 (R\$75.898 em 31 de dezembro de 2010). Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$26.334 (R\$31.088 em 31 de dezembro de 2010).

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Globex de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. A Companhia reavaliou as causas da Globex na data-base da aquisição por CBD (6 de julho de 2009) e o saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$158.335 (R\$159.244 em 31 de dezembro de 2010) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados se referem a processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2.445/88 e 2.449/88, gerados em função de créditos advindos de processos judiciais, e a compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

**Trabalhistas**  
A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha uma provisão de R\$118.574 (R\$89.867 em 31 de dezembro de 2010), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável. A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 1,20% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (0,69% em 31 de dezembro de 2010) acrescidos de juros mensais de 1%.

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam R\$14.279 em 31 de dezembro de 2011 (R\$20.765 em 31 de dezembro de 2010).

**Cíveis e outros**  
A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontra em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:  
• A Companhia ajuíza e responde diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de alugueis atualmente pagos pela Companhia. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos assessores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o montante da provisão para essas ações é de R\$21.853 (R\$33.349 em 31 de dezembro de 2010), para as quais não há depósitos judiciais.

• A subsidiária Globex é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$50.017 em 31 de dezembro de 2011 (R\$35.084 em 31 de dezembro de 2010).

• Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que totalizam R\$6.553 (R\$10.745 em 31 de dezembro de 2010).

O total das demandas cíveis e outros em 31 de dezembro de 2011 são de R\$123.092 (R\$129.383 em 31 de dezembro de 2010).

**Outros passivos contingentes não provisionados**  
A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante de R\$4.776.416 em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.994.455 em 31 de dezembro de 2010), e são relacionadas principalmente a:

• INSS - A Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus empregados, cuja perda possível corresponde a R\$252.599 em 31 de dezembro de 2011 (R\$237.690 em 31 de dezembro de 2010). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

• IRPJ, IRRF e CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$377.317 em 31 de dezembro de 2011 (R\$255.393 em 31 de dezembro de 2010).

• COFINS, PIS e CPMF - A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$861.096 em 31 de dezembro de 2011 (R\$722.322 em 31 de dezembro de 2010).

• ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica, (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT 17 do Estado de São Paulo, (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida, (v) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, (vi) diferença de classificação fiscal, (vii) dentre outros de menor expressão. A soma dessas autuações monta a R\$2.516.572 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.488.728 em 31 de dezembro de 2010), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial. A diferença de valor se justifica em razão de novos processos, reclassificação de probabilidade e atualização.

• ISS, Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU"), Imposto sobre transferência de bens imóveis ("ITBI") e outras - Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$354.578 em 31 de dezembro de 2011 (R\$140.046 em 31 de dezembro de 2010) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

• Outras demandas judiciais - Referem-se a processos administrativos, ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de alugueis de acordo com valores praticados no mercado e as ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor ("PROCON") (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas ("IPEM"), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ("INMETRO") e Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), totalizando R\$414.254 em 31 de dezembro de 2011 (R\$150.276 em 31 de dezembro de 2010).

• A Companhia possui, ainda, processos trabalhistas com risco de perda estimada como possíveis no montante de R\$144.550 (R\$92.730 em 31 de dezembro de 2010).

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais. Os processos acima relacionados não foram incluídos no REFIIS.

**Depósitos recursais e judiciais**  
A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrada em seu ativo, valores referentes a depósito judicial não vinculado a demandas judiciais no passivo, em 31 de dezembro de 2011 o valor dos depósitos judiciais era de R\$737.688 (R\$645.920 em 31 de dezembro de 2010).

### h) Garantias

Ações	Imóveis	Equipamentos	Carta de fiança	Total
Tributárias	835.857	1.814	1.354.693	2.192.364
Trabalhistas	6.156	3.130		

# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) **Opções outorgadas reconhecidas**  
Na conta "opções outorgadas" são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações aos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2).

e) **Reservas de lucros**

(i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

(ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

Nos termos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$421.500, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2010.

f) **Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais**

(i) *Plano original de outorga de opções de compra de ações*

A Companhia outorgou em favor dos seus administradores planos de opções de compra de ações preferenciais. As ações emitidas em decorrência do exercício dos planos de opções de compra conferirão aos seus titulares os mesmos direitos das ações PN existentes. A administração dos Planos de Opções é realizada por comitê interno designado pelo Conselho de Administração.

O preço da outorga de cada ação é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção.

O número de ações pode variar para cada beneficiário ou série. A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos:

(i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da outorga (1ª tranche); e (ii) até 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da outorga (2ª tranche), ficando a parte remanescente do segundo lote condicionado a vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria do beneficiário, conforme fórmula definida no regulamento.

As ações com vínculo de inalienabilidade (Q), no momento do exercício das opções, são calculadas mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$Q = \frac{(Q1 * Pm) - (Q1 * Pe)}{Pm}$$

Q = Quantidade de ações a serem gravadas com vínculo de inalienabilidade.

Q1 = 50% do total de ações da Companhia na data da concessão.

Pm = Preço de mercado da ação da Companhia na data do período.

Pe = Preço de exercício original da ação a qual foi definido na data da concessão, obedecendo aos termos do Plano.

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	Total em vigor
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>										
Série IX	15/05/2005	15/05/2008	15/05/2010	26,00	30,52	989	(435)	(554)	-	-
Série X	07/06/2006	07/06/2009	07/06/2011	33,00	42,43	901	(229)	(402)	-	270
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(279)	(6)	-	41
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(900)	(107)	-	115
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(567)	(6)	-	275
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(647)	(6)	-	297
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(178)	-	-	490
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(198)	-	-	495
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(91)	-	-	423
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(76)	-	-	106
						<b>7.193</b>	<b>(3.600)</b>	<b>(1.081)</b>	-	<b>2.512</b>

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	Total em vigor
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>										
Série X	07/07/2006	07/07/2009	07/07/2011	33,00	43,15	901	(478)	(412)	(11)	-
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(320)	(6)	-	-
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(1.000)	(108)	(14)	-
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(835)	(6)	-	7
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	-	6
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(212)	-	-	456
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(237)	-	-	456
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(162)	-	-	352
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(94)	-	-	88
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	-	299
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	-	-	-	299
						<b>6.802</b>	<b>(4.275)</b>	<b>(539)</b>	<b>(25)</b>	<b>1.963</b>

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano, em 29 de abril de 2010 aprovou o acelerador em 1,5%, referente à Série A1.

Em 30 de março de 2011, o comitê aprovou que não houve redução e ou aceleração referente a Série A2.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$67,00 para cada ação.

Em 31 de dezembro de 2011, há 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

(iii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - GPA*

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2011 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2011	31/12/2010
Quantidade de ações	260.239	257.774
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.963	2.512
Percentual máximo de diluição	0,75%	0,97%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 1,09% (0,72% - 2010), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 25,14% (40,47% - 2010) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 12,43% (9,66% - 2010). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2011 é de 1,77 ano (em 2010 foi de 1,40 ano). - A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 2011 foi de R\$44,96 (em 2010 foi de R\$46,98).

Em 31/12/2010	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor Intrínseco agregado
Em aberto no início do exercício	3.664	18,08	1,26	169.035
Outorgadas durante o exercício	696	12,17	-	-
Canceladas durante o exercício	(38)	36,14	-	-
Exercidas durante o exercício	(1.810)	19,40	-	-
Expiradas durante o exercício	-	30,52	-	-
Em aberto no final de exercício	2.512	14,31	1,40	133.214
Adquiridas ou a serem adquiridas	2.512	14,31	1,40	133.214
Exercíveis em 31 de dezembro de 2010	1.174	20,56	1,24	57.222
<b>Em 31/12/2011</b>				
Outorgadas durante o exercício	598	27,36	-	-
Canceladas durante o exercício	(11)	42,32	-	-
Exercidas durante o exercício	(1.111)	20,68	-	-
Expiradas durante o exercício	(25)	32,64	-	-
Em aberto no final de exercício	1.963	16,90	1,77	98.371
Adquiridas ou a serem adquiridas	1.963	16,90	1,77	98.371
Exercíveis em 31 de dezembro de 2011	1.221	14,88	1,02	63.653

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$26.870 (R\$27.278 em 31 de dezembro de 2010).

g) **Dividendos**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2011 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2011, no valor de R\$22.485 sendo R\$0,09 por ação preferencial e R\$0,08 por ação ordinária, previamente aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 23 de fevereiro de 2011, conforme Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de maio de 2011. A partir da data 20 de maio de 2011, as ações foram negociadas "ex-direito" a dividendos até a data do seu pagamento.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de julho de 2011 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao segundo trimestre de 2011, no valor total de R\$22.560 sendo R\$0,09 por ação preferencial e R\$0,08 por ação ordinária, conforme previamente aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 23 de fevereiro de 2011, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 10 de agosto de 2011. A partir do dia 02 de agosto de 2011, as ações foram negociadas "ex-direito" a dividendos até a data do seu pagamento.

O preço da opção é corrigido pelo IGP-M desde a data da concessão até a data do efetivo exercício, deduzidos dos dividendos atribuídos no exercício. Não existem opções vigentes no âmbito do Plano Original de outorga de opções de compra de ações, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 1997, desde 28 de julho de 2011, que correspondeu ao prazo final para exercício da última série de opções, conforme Reunião de Conselho de Administração desta mesma data.

(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*  
Nos termos das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: *Silver* e *Gold*, sendo que, a quantidade de opções *Gold* poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 35 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo *Silver* será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo *Gold* será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções *Silver*, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções *Gold* isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo *Silver* e *Gold* passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção *Silver* é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção *Gold* é variável, sendo estipulada na data da outorga uma quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o Retorno sobre o capital investido "*Return Over Invested Capital*" (ROIC) apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga.

As séries do plano anterior continuam em vigor até as respectivas datas de vencimentos.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Preço	Lote de ações									
Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	Total em vigor
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>										
Série IX	15/05/2005	15/05/2008	15/05/2010	26,00	30,52	989	(435)	(554)	-	-
Série X	07/06/2006	07/06/2009	07/06/2011	33,00	42,43	901	(229)	(402)	-	270
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(279)	(6)	-	41
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(900)	(107)	-	115
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(567)	(6)	-	275
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(647)	(6)	-	297
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(178)	-	-	490
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(198)	-	-	495
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(91)	-	-	423
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(76)	-	-	106
						<b>7.193</b>	<b>(3.600)</b>	<b>(1.081)</b>	-	<b>2.512</b>

Preço	Lote de ações									
Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	Total em vigor
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>										
Série X	07/07/2006	07/07/2009	07/07/2011	33,00	43,15	901	(478)	(412)	(11)	-
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(320)	(6)	-	-
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(1.000)	(108)	(14)	-
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(835)	(6)	-	7
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	-	6
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(212)	-	-	456
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(237)	-	-	456
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(162)	-	-	352
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(94)	-	-	88
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	-	299
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	-	-	-	299
						<b>6.802</b>	<b>(4.275)</b>	<b>(539)</b>	<b>(25)</b>	<b>1.963</b>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2011 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao terceiro trimestre de 2011, no valor total de R\$22.583 sendo R\$0,09 por ação preferencial e R\$0,08 por ação ordinária, conforme previamente aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 23 de fevereiro de 2011, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 28 de novembro de 2011. A partir do dia 16 de novembro de 2011, as ações foram negociadas "ex-direito" a dividendos até a data do seu pagamento.

A Administração propôs, dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de dividendos aos seus acionistas no valor de R\$ 67.628, conforme acima, realizadas no exercício de 2011. O valor do dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$102.949 (R\$114.654 em 31 de dezembro de 2010), o qual corresponde a remuneração de R\$0,372950601 por ação ordinária e R\$0,41024566126

# Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 20 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente. O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos. Esses quatro segmentos são identificados com base na descentralização da administração dos negócios e incluem o segmento de Varejo, que operam principalmente sob as marcas "Pão de Açúcar", "Comprebem", "Extra", "Extra Super", "Extra Fácil" e "Sendas", o segmento de Atacarejo, que inclui Barcelona e atua sob a marca "Assai", e o segmento de Eletrodomésticos, que inclui a Globex e Nova Casa Bahia que operam sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia". Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação. Em 2010 a Companhia identificou o segmento comércio eletrônico separado do negócio eletrodoméstico devido à diferença na estratégia e na gestão dos negócios que inclui os sites *pontofrio.com.br*, *extra.com.br* e *casasbahia.com.br*. A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

Saldos em 31/12/2011							
Descrição	Comércio						
	Varejo	Atacarejo	Eleto	Eletrônico	Total	Eliminação	Total
Receita líquida de vendas	21.675.732	3.902.038	17.827.516	3.189.200	46.594.486	-	46.594.486
Lucro bruto	6.078.608	534.017	5.558.397	490.500	12.661.522	-	12.661.522
Depreciação de amortização	(515.662)	(31.703)	(125.765)	(7.417)	(680.547)	-	(680.547)
Lucro operacional	1.193.017	75.204	662.621	171.696	2.102.538	-	2.102.538
Equivalência patrimonial	18.918	-	15.907	-	34.825	-	34.825
Despesas financeiras	(925.401)	(98.655)	(816.192)	(131.871)	(1.972.119)	46.161	(1.925.958)
Receita financeira	372.360	10.873	254.307	1.871	639.411	(46.161)	593.250
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	658.893	(12.577)	116.643	41.696	804.655	-	804.655
Imposto e renda e contr. social	(34.580)	4.066	(39.623)	(14.862)	(84.999)	-	(84.999)
Lucro (prejuízo) do exercício	624.313	(8.511)	77.022	26.832	719.656	-	719.656
Ativo circulante	8.225.596	833.336	7.554.846	847.119	17.460.897	(184.505)	17.276.392
Ativo não circulante	12.994.362	581.258	3.152.688	120.278	16.848.586	(355.973)	16.492.613
Passivo circulante	6.483.758	679.817	5.988.761	888.716	14.041.052	(539.850)	13.501.202
Passivo não-circulante	7.536.680	515.388	2.121.200	738	10.174.006	(628)	10.173.378
Patrimônio líquido	7.199.520	219.389	2.597.573	77.943	10.094.425	-	10.094.425

Saldos em 31/12/2010							
Descrição	Comércio						
	Varejo	Atacarejo	Eleto	Eletrônico	Total	Eliminação	Total
Receita líquida de vendas	20.542.598	2.943.034	6.903.714	1.702.328	32.091.674	-	32.091.674
Lucro bruto	5.524.740	421.695	1.627.189	276.574	7.850.198	-	7.850.198
Depreciação de amortização	(354.937)	(24.680)	(64.346)	(2.166)	(446.129)	-	(446.129)
Lucro operacional	1.106.222	62.618	212.744	77.371	1.458.955	-	1.458.955
Equivalência Patrimonial	21.700	-	12.799	-	34.499	-	34.499
Despesas financeiras	(659.978)	(53.647)	(376.149)	(73.460)	(1.163.234)	8.535	(1.154.699)
Receita financeira	298.651	7.244	34.023	315	340.233	(8.535)	331.698
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	766.595	16.214	(116.583)	4.226	670.452	-	670.452
Imposto e renda e contr. social	(123.118)	(7.951)	51.880	(5.333)	(84.522)	-	(84.522)
Lucro (prejuízo) do período	643.476	8.264	(64.703)	(1.107)	585.930	-	585.930
Ativo circulante	6.309.707	721.364	7.131.628	510.368	14.673.067	-	14.673.067

Descrição	Saldos em 31/12/2010						
	Varejo	Atacarejo	Eleto	Eletrônico	Total	Eliminação	Total
Ativo não circulante	12.720.825	712.728	2.090.405	72.282	15.596.240	(497.044)	15.099.196
Passivo circulante	4.933.300	740.627	4.715.670	533.840	10.923.437	-	10.923.437
Passivo não circulante	7.346.136	512.849	1.986.126	167	9.845.278	(497.044)	9.348.234
Patrimônio Líquido	6.751.096	180.616	2.520.237	48.643	9.500.592	-	9.500.592

• As eliminações são compostas por saldos entre as companhias;  
• Principalmente relacionadas à classificação de imposto de renda diferido de circulante para não circulante;

*Informações gerais da Companhia*  
A Companhia atua principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	31/12/2011	31/12/2010
Alimentos	54,9%	73,2%
Não-alimentos	45,1%	26,8%
Total de vendas	100,0%	100,0%

Descrição	3ª emissão
Emissora	Globex Utilidades S.A.
Garantidora	Companhia Brasileira de Distribuição
Coordenador	Banco Itaú BBA S.A.
Título	Debênture em regime de garantia firme decolocação nos termos da Instrução CVM nº 476 de janeiro de 2009.
Valor da Emissão	R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais)
Destinação dos Recursos	Alongamento do perfil de dívida e capital de giro.
Espécie	Quirografária.
Garantias	Fidejussória.
Séries	Série única.
Regime de Colocação	Garantia firme no volume total de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).
Valor Nominal Unitário	R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Data da emissão	A ser definida.
Prazo:	42 meses.
Forma de amortização	Amortização do montante total na data de vencimento, ao final do 42º (quadragésimo segundo) mês ( <i>bullet</i> ).
Remuneração	Varição da Taxa DI Over, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A., acrescido exponencialmente de <i>spread</i> equivalente a 1,00% (um por cento) ao ano.
Pagamento da Remuneração	Semestral.
Repactuação	Não haverá.

Alteração da denominação social  
Em 15 de fevereiro de 2012, a subsidiária Globex aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da denominação social da companhia Globex Utilidades S.A. para Viavarejo S.A., com a consequente alteração do artigo 1º do seu estatuto social.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Abilio dos Santos Diniz

Presidente

Membros

Ana Maria F. dos S. Diniz D'Avila  
João Paulo F. dos Santos Diniz  
Pedro Paulo F. dos Santos Diniz

Geyze Marchesi Diniz  
Candido Botelho Bracher  
Guilherme Affonso Ferreira

Fábio Schvartsman  
Jean-Charles Henri Naouri  
Jean Louis Bourcier

Antoine Marie Remi Lazars G. D'Estaing  
Pedro Henrique Chermont de Miranda  
Arnaud D. C. W. J. Strasser  
Ulisses Kameyama

### DIRETORIA

Enéas César Pestana Neto  
Diretor Presidente  
José Roberto Coimbra Tambasco  
Diretor Vice-Presidente de Negócios do Varejo  
Hugo Antônio Jordão Bethlem  
Diretor Vice-Presidente de Relações Corporativas

Antonio Ramatis Fernandes Rodrigues  
Diretor Vice-Presidente de Estratégia Comercial  
Claudia Elisa de Pinho Soares  
Diretora Vice-Presidente de Estratégia de Mercado  
Caio Racy Mattar  
Diretor Vice-Presidente de Negócios Especializados

Sylvia de Souza Leão Wanderley  
Diretora de Gente e Gestão  
Vitor Fagá de Almeida  
Diretor de Relações com Investidores  
José Antônio de Almeida Filippo  
Diretor de Serviços Corporativos e Finanças

Paulo Gualtieri  
Diretor de Controle e Gestão  
Marcelo Lopes  
Diretor de Supply Chain  
Andelaney Carvalho dos Santos  
Diretor de Tecnologia da Informação

Claudecir Miranda de Campos  
CRC SP138717/O-0

### CONSELHO FISCAL

Fernando Maida Dall Acqua

Raimundo Lourenço Maria Christians

Mario Probst

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os conselheiros, no exercício das suas funções legais e estatutárias, revisaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro 2011 da Companhia. Com base nessas revisões e à vista do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Ernst & Young Terco, os conselheiros opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012

Conselheiros

Mario Probst

Fernando Maida Dall Acqua

Raimundo Lourenço Maria Christians

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012

Enéas César Pestana Neto  
Diretor Presidente

Hugo Antônio Jordão Bethlem  
Diretor Vice-Presidente de Relações Corporativas

José Antônio de Almeida Filippo  
Diretor de Serviços Corporativos, Finanças e TI

Vitor Fagá de Almeida  
Diretor de Relações com Investidores

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011, emitido nesta data.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012

Enéas César Pestana Neto  
Diretor Presidente

Hugo Antônio Jordão Bethlem  
Diretor Vice-Presidente de Relações Corporativas

José Antônio de Almeida Filippo  
Diretor de Serviços Corporativos, Finanças e TI

Vitor Fagá de Almeida  
Diretor de Relações com Investidores

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012



ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2-SP 015199/O-6

Antonio Carlos Fioravante  
Contador  
CRC nº 1SP184973/O-0